DUBET, F. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29-45, julho/ 2003. DUBET, F. O que é uma escola justa? Caderno de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. Caderno de Pesquisa. Ago, 2012, vol. 42, n. 146, p. 640-666. ISSN 0100–1574.

FONSECA, Gleice Lima da. PRODUÇÃO TEXTUAL: o que se ensina em turmas de 3° ano em escolas localizadas em territórios com alta vulnerabilidade. Dissertação de Mestrado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2016.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: 1997. Paz e Terra.

. Educação e mudança. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanos. CEPAL, n° 75, Dez/2001.

LEITE, L.H.A. Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. Módulo III do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html

MENDONÇA, E.F. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça E Educação. Módulo II do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2/index.html

PEROSA, G. S.; LEBARON, F.; LEITE, C. K. da S. O espaço das
desigualdades educativas no município de São Paulo. Pro-Posições, v. 26, n. 2 (77), p. 99-118, mai./ago. 2015.

PINZANI, A. REGO, W.L. Pobreza E Cidadania. Módulo I do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/index.html

SAN„TANNA, M. J. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CERNEIRO, S. de S.; SANT„ANNA, M.J.. Cidades, olhares, trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 167-192.

O PODER DA MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO

FERNANDA APARECIDA GUEDES

RESUMO

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24). A música que envolve a dança com maior ou menor intensidade está na vida do ser humano, ela desperta anseios e emoções de acordo com a aptidão de percepção que o ser humano possui para assimilar a mesma, traz algumas sugestões de atividades e analisa o papel da música no ensino regular. Destacando também a inteligência musical, como uma das múltiplas inteligências e à capacidade que a música tem de entusiasmar o homem fisicamente e mentalmente, podendo colaborar para a consonância pessoal, facilitando a integração e a inclusão social.**Palavras-chave:** Social; Musicalidade; Educação; Inclusão.

INTRODUÇÃO

Com a pretensão de encontrar um percurso metodológico que viabilizasse o encontro com os objetivos da pesquisa, de apresentar os sentidos educativos da dança, apontamos para a atitude fenomenológica de Merleau-Ponty. Em seus estudos o filósofo define um olhar expressivo sobre o corpo, configurando uma linguagem sensível que é expressa nos movimentos, onde aprofunda as teses da Fenomenologia num novo arranjo para o conhecimento enquanto resultado de nossa experiência no mundo vivido (NÓBREGA, 2010).

Cantar e fazer música estão entre as atividades de aprendizado mais divertidas para as crianças. Por terem ambos os elementos - prazer e aprendizado - são considerados métodos essenciais para reforçar as habilidades básicas em numeracia e alfabetização.

A música estimula a socialização, a aquisição de vocabulário, às trocas de experiência entre aluno - aluno, aluno - professor. Todos fazem parte do contexto onde a música é a linguagem facilitadora de diálogo, cultura, e prazer pelo novo conhecimento. Segundo Brito (2003, p.32):

Desde pequena, a criança vive cercada por sons, que ajuda no seu desenvolvimento, e nas suas percepções sensório motoras, ou seja, através do choro, grito, risadas, sons que estão pertos, como o de brinquedos, também o da chuva do vento, ajuda a criança a conhecer o mundo sonoro a sua volta. A música é uma das formas de representação simbólica do mundo, onde podemos nos conhecer e conhecer os outros (BRITO, 2003, p. 32).
A Educação Musical requer conhecimento, sensibilidade, e disponibilidade para proporcionar aos alunos que estão na fase de alfabetização. Esse ensino deve ser prazeroso para a criança e despertar o prazer pela música, por meio da socialização que possibilita.
Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que para que a aprendizagem seja concreta na formação do cidadão é necessário que todos tenham a oportunidade de participar como agentes ativos, sendo ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro ou fora da aula (BRASIL, 1997): A presença da música na alfabetização contribui com a memória,
na inteligência e também ajudando na inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, pois alivia, relaxa, ajuda no desenvolvimento social, também na sua convivência com os demais com quem se relaciona (SNYDER, 1994, p. 37).

A Fenomenologia, neste sentido, busca como finalidade compreender o sentido do mundo, ou seja, suas essências. Onde estas essências, encontram-se na existência. Como afirma Medeiros (2016) baseada nas reflexões de MerleauPonty: “nessa relação com o mundo o corpo vai aprendendo os vários sentidos da existência” (MEDEIROS, 2016, p.12). Nóbrega (1999) define a fenomenologia como sendo:
A atitude de envolvimento com o mundo da experiência vivida, com o intuito de compreendê-la. Esta compreensão não é uma representação mental do mundo, mas, sim, envolvimento que permite a reflexão, a interpretação e a vivência. (NÓBREGA, 1999, p. 35).

Então, é fundamental que a criança consiga compreender a música, dessa forma ela poderá estabelecer vínculos com os gêneros e estilos que mais tenham significado para ela, com a intervenção da música na vida escolar.
A música deve ser compreendida como área de conhecimento, que prioriza a apreciação de categorias a serem trabalhadas na educação, devendo se fazer presente por meio do espaço escolar, configurando-se como linguagem expressiva do sujeito em processo de construção do conhecimento, tornando-se essencial para a formação do ser humano, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade estética e artística, bem como o potencial criativo do sujeito (GORDON, 2000, p. 6).

A LINGUAGEM MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Jeandot (1997), a música é um fenômeno corporal. Antes de nascer, no útero, o bebê, por meio das pulsações do coração da mãe, já tem contato com um dos elementos fundamentais da música: o ritmo. Desde que nascemos entramos em contato direto com a música. Ao acalentar seu bebê a mãe utiliza melodias suaves, o bebê pela boca já emiti suas primeiras tentativas de cantos. Ao balançar de uma simples perna, ou do movimento do seu corpo para frente e para trás, Jeandot (1997 p.18) descreve como: “movimento bilateral desempenha papel importante em todos os meios de expressão que se utilizam do ritmo, seja a música, a linguagem verbal, a dança.”.
Segundo Kenny (1993, p. 436) a autonomia é, portanto, um conceito vital para a educação, pois é o único aspecto de ser um aluno sobre o qual a educação pode se concentrar sem interferências prejudiciais, ou efeitos de condicionamento. Sob este ponto de vista, a autonomia não é apenas a liberdade de escolher entre materiais didáticos e metodologias, ou até mesmo para negociar um plano de estudos. É mais importante do que isso. Adaptando algumas famosas palavras de Carl Rogers, autonomia é a liberdade de aprender e a oportunidade de se tornar uma pessoa.
Já Gainza (1988, p.22) ressalta que: “A música e o som, enquanto energia estimula o movimento interno e externo no homem; impulsionam-no ‘a ação e promovem nele uma multiplicidade de condutas de diferentes qualidade e grau”.

De acordo com Piaget (1964 p.18): O bebê não se contenta mais em apenas reproduzir os movimentos e os gestos que conduziram a um efeito interessante, mas varia-os intencionalmente para estudar os resultados dessas variações, entregando-se a verdadeiras explorações ou experiências para ver (PIAGET, 1964 p.18).
Segundo a BNCC (BRASIL, 1997, p. 18): A prática escolar tem evidenciado o que pesquisas científicas vêm comprovando: os sistemas educacionais experimentam dificuldades para integrar o aluno com necessidades especiais. Revelam os efeitos dificultadores de diversos fatores de natureza familiar, institucionais e socioculturais. A

maioria dos sistemas educacionais ainda baseia-se na concepção médico psicopedagógico quanto à identificação e ao atendimento de alunos com necessidades especiais. Focaliza a deficiência como condição individual e minimiza a importância do fator social na origem e manutenção do estigma que cerca essa população específica. Essa visão está na base de expectativas massificadas de desempenho escolar dos alunos, sem flexibilidade curricular que contemple as diferenças individuais.

O ensino da música por muito tempo foi algo restrito, nem todos tinham a oportunidade de estudar música, seja por falta de aptidão, recursos financeiros ou até mesmo de condições favoráveis de ensino. O que nos permite entender a educação musical, tão fundamental para a formação integral do ser humano, como um privilégio para poucos. Souza (2000, p.164), explica que:

Ao incluir objetivos, justificativas, experiências e condições de ensino-aprendizagem resultantes de uma reflexão profunda, num diálogo permanente com a realidade sociocultural, os relatos apontam elementos importantes relacionados às práticas pedagógicas de sala de aula, como, por exemplo, a sua transformação numa ação pedagógica significativa (SOUZA, 2000, p.164).

A escola precisa atender da melhor maneira possível essas crianças, adequando tudo, para que a experiência inclusiva contribua para uma educação de maior qualidade. A escola que acolhe as crianças com deficiência precisa de adaptações, mas isso gera um crescimento enorme, tanto para as pessoas que tratam com essas crianças, quanto para elas, que acabam aumentando seus horizontes. Em relação à educação especial, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1).

Segundo Bréscia (2003), na Grécia Clássica o ensino da música era obrigatório, e há indícios de que já havia orquestras naquela época. Pitágoras de Samos, filósofo grego da Antigüidade, ensinava como determinados acordes musicais e certas melodias criavam reações definidas no organismo humano. “Pitágoras demonstrou que a seqüência correta de sons, se tocada musicalmente num instrumento, pode mudar padrões de comportamento e acelerar o processo de cura” (BRÉSCIA, p. 31, 2003).

É pertinente ressaltar que a educação musical como componente curricular não tem a pretensão de formar músico profissional, e sim “desenvolver a sensibilidade estética e artística, assim como a imaginação e o potencial criativo” (SOARES, 2006, p.10).

A música é uma forma de conhecimento, sendo um meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de um meio de integração social. Cada sociedade tem uma maneira de compreender as formas de expressões artísticas e valorizá-las. Valorização esta, que a música e a educação musical ainda não conseguiram alcançar plenamente nas escolas brasileiras (SOUZA, 2000, p.164).

Dançar é a forma mais simples e saudável de exercitar o corpo e mente. São vários os benefícios da dança na formação e manutenção da personalidade e do físico humano. Uma pessoa dançando pode expressar muitos sentimentos: desejos, alegrias, pesares, gratidão, respeito, temor, poder.

DESENVOLVIMENTO MUSICAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nascimento (2014) contextualiza que muitas escolas ainda não ofertam uma educação de qualidade. Quanto a Portaria Normativa nº 13 de 24/04/07, que trata da criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, considerando o artigo 61 do Decreto nº 5.296/2004, as escolas devem ter como recursos pedagógicos para os portadores de necessidades educacionais especiais materiais, mobiliários, espaços, equipamentos e tecnologia adaptadas ou projetadas a fim de facilitar o desenvolvimento e a autonomia desses educandos (BRASIL, 2007).

Ela, bem como as outras modalidades artísticas, reflete a cultura de um povo, em um determinado momento histórico. Por isso, seu ensino deve ser contextualizado para fazer sentido, trazendo à tona os costumes, os valores e as concepções da época em que foi produzida. Existem muitas teorias sobre a origem e a presença da música na cultura humana. A linguagem musical tem sido interpretada, entendida e definida de várias maneiras, em cada época e cultura, em sintonia com o modo de pensar, com os valores e as concepções estéticas vigentes (BRITO, 2003, p.25).

Andrade (2000, p. 55) afirma que: “durante muito tempo as pessoas portadoras de deficiência estiveram em situação de manifesta sujeição, que chegou a criar, até, condições de marginalidade. O movimento reivindicatório teve início quando começou seu processo de autovalorização e elas passaram a se reconhecer como integrantes de um grupo” (ANDRADE, 2000, p. 55).

Além de transmitir herança cultural, a música, também é criativa e auto expressiva, permitindo a expressão de pensamentos e sentimentos, sejam os quais forem. Beineke apud Chiarelli (2010) afirma que:

“o professor deve procurar conhecer todos os tipos de músicas envolvidas no meio social dos alunos,

bem como as representações utilizadas por eles, observando os objetivos da educação para a compreensão da cultura musical e buscando encontrar a idéia-chave que sirva para que os alunos estabeleçam correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida". Beineke (2001).
Segundo Lima (2001, p.27), consciente da importância da ação que realiza, possibilitando imediações de várias naturezas, o adulto passa a atender os processos da criança com um significado que só pode ser construído tendo como referencial a criança no período de formação em que ela está e não no adulto feito que será. (LIMA, 2001, p. 27).
É interessante ressaltar também, pensando em educação inclusiva no âmbito social que: Garantiu-se, a partir da Constituição Brasileira de 1988, às pessoas com necessidades especiais, o direito à educação e o direito de ser recebida nas escolas regulares junto com os demais alunos. O que levou a sociedade brasileira, a assumir compromissos, que legitimasse estes direitos em legislações apropriadas, como a Resolução nº 2 CEB/CNE de 2001, que estabelece a Educação Especial na Educação Básica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002).
Como exemplo, a implementação da Portaria Normativa de nº 13 de 24 de abril de 2007, contribuiu para a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. O programa visa disponibilizar para as escolas públicas de ensino regular equipamentos de informática, mobiliários, recursos e materiais pedagógicos para garantir a permanência do educando e a acessibilidade, garantindo assim um ambiente específico para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2007).

A DANÇA POSSIBILITANDO ARTE NO ENSINO INTEGRAL

Segundo o documento (BRASIL, 2007, p. 2), o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais teve início na época do Império e por muito tempo perpetuou-se a ideia de que essas práticas educativas deveriam acontecer paralelamente à educação comum devido às estruturas rígidas dos sistemas de ensino. Afirma que: Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica.
O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, Quebrando- se o tabu de que "conversar não é dançar", poderíamos introduzir em nossas salas de aula momentos de reflexão, pesquisa, comparação, desconstrução das danças que apreciamos (ou não) e, assim, podermos agir crítica e corporalmente em função da compreensão, desconstrução e transformação de nossa sociedade. (MARQUES, 1997, p. 24).
Mosca (2010, p.37) denota que a música "faz parte da nossa história enquanto seres coletivos, culturais e transformadores do mundo". Portanto, pode-se concluir que a música é parte integral do homem, uma vez que permite a sua comunicação e expressão a partir da interação com o meio e com o outro, possibilitando a produção de conhecimento.
A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo à linguagem musical. É uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente (RCNEI, 1998, p.44).
A criança está em constante desenvolvimento e a cada fase apresenta um comportamento diferente, tanto o emocional, quanto o social e o intelectual e ao decorrer das atividades de música a criança pode desenvolver a sensibilidade, a criatividade, a imaginação, a atenção, a movimentação e também a socialização. De acordo Weigel (1998, p. 13): Todos os aspectos do desenvolvimento estão intimamente relacionados e exercem influência uns sobre os outros, a ponto de não ser possível estimular o desenvolvimento de um deles sem que, ao mesmo tempo, os outros sejam igualmente afetados (WEIGEL, 1998, p. 13).
Barreto (2000, p.45), apresenta que: "Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante à escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento".
Indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. (BRASIL, 2007, p.15)
A música e a dança tem um papel fundamental na vida do homem e, mais especificamente, no desenvolvimento da criança. A partir das atividades musicais, a criança desenvolve sua acuidade auditiva, começa acompanhar os movimentos, os gestos e também o ritmo (PENNA, 2012).
Segundo Penna (2012, p.21): "Em lugar de se prender a um determinado "padrão" musical, faz-se necessário encarar a música em sua diversidade e dinamismo, pois sendo uma linguagem cultural e historicamente construída, a música é viva e está em constante movimento" Portanto, uma

aula de música torna-se uma ação significativa para a criança, na medida em que proporciona a articulação entre o novo confronto com a realidade, oportunizando situações de auto expressão e de desenvolvimento. Percebe-se que o ensino da música contribui para o desenvolvimento como um todo do sujeito, quando trabalhada de maneira correta a música é capaz de envolver o sujeito em um estado interno de plenitude no qual a vivência da experiência propicia a criação e ampliação do conhecimento (PENNA, 2012).

No decorrer da infância, a criança começa a desenvolver seu senso crítico, sua identidade, seu lúdico, se socializando e a interagindo com o outro. Segundo Hummes (2010, p. 22):

A música pode contribuir para a formação global do aluno, desenvolvendo a capacidade de se expressar através de uma linguagem não verbal e os sentimentos e emoções, a sensibilidade, o intelecto, o corpo e a personalidade a música se presta para favorecer uma série de áreas da criança. Essas áreas incluem a 'sensibilidade', a 'motricidade', o 'raciocínio', além da 'transmissão e do resgate de uma série de elementos da cultura' (HUMMES, 2010, p. 22).

A dança social transformou-se, tornando possível o desenvolvimento das danças populares. Em sua evolução, a dança continuamente possibilitou ao ser humano retratas seus anseios em busca de autoconhecimento e felicidade, aprimorando os gestos expressados (CAVASIN, 2003).

Portanto, a música e a dança devem estar presente nas escolas e nas aulas, nas quais a linguagem musical irá atribuir significado durante o processo de alfabetização. A música em sala de aula contribui de forma significativa na aprendizagem da criança, possibilitando a comunicação entre diferentes pessoas, a socialização, estimulando a compreensão e a participação de todos em atividades em comum (HUMMES, 2010, p. 22).

O PODER DA DANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR

A música desempenha uma função extremamente importante na vida da criança, revelando por meio do seu modo de pensar, agir e interagir com o outros, a sua capacidade de buscar, de explorar, de criar e aprender. Rosa (1990, p. 22-23):

A linguagem musical deve estar presente nas atividades de expressão física, através de exercícios ginásticos, rítmicos, jogos, brinquedos e roda cantadas, em que se desenvolve na criança a linguagem corporal, numa organização temporal, espacial e energética. A criança comunica-se principalmente através do corpo e, cantando, ela é ela mesma, ela é seu próprio instrumento (ROSA, 1990, p. 22-23).

Por razões historicamente determinadas a educação escolar tem privilegiado valores intelectuais em relação a valores corporais. GIFFONI (1973,p.15), afirma que os problemas educacionais" quase sempre são considerados pelo lado intelectual, constituindo uma das faltas da educação". BERGE (1998,p.24).

Ao acompanhar uma música com gestos ou dançar, a criança trabalha a coordenação motora e a atenção; ao cantar ou imitar sons ela estará descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o ambiente em que vive. Sendo assim, recebe estímulos para tentar interpretar algumas músicas, dando significado às letra, contribuindo no processo de alfabetização. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998): É importante oferecer, também, a oportunidade de ouvir música sem texto, não limitando o contato musical da criança com a canção que, apesar de muito importante, não se constitui em única possibilidade. Por integrar poesia e música, a canção remete, sempre, ao contexto da letra, enquanto o contato com a música instrumental ou vocal sem um texto definido abre a possibilidade de trabalho com outras maneiras. As crianças podem perceber sentir e ouvir, deixando-se guiar pela sensibilidade, pela imaginação e pela sensação que a música lhes sugere e comunica. Poderão ser apresentadas partes de composições ou peças breves, danças, repertório da música chamada descritiva, assim como aquelas que foram criadas visando a apreciação musical infantil (RCNEI, 1998, p.65).

No decorrer do processo ensino-aprendizagem é fundamental que se tenha a visão de que a música está presente em todos os momentos e lugares da nossa vida, uma vez que nosso corpo é uma máquina sonora e se interage perfeitamente com os diferentes estilos musicais, tanto se interagindo como rejeitando, tornando-se imprescindível na aprendizagem da criança (RCNEI, 1998).

A fluência inclui a capacidade de ajustar os padrões de estresse e entonação de uma frase, como de zangado a feliz, e a capacidade de escolher a inflexão correta, como uma pergunta ou uma exclamação. Essas habilidades de processamento auditivo altamente desenvolvidas são aprimoradas pelo treinamento musical.

De acordo com Winn (1975, p.32): A iniciação musical deve ter como objetivo durante a idade Pré-escolar, estimular na criança a capacidade de percepção, sensibilidade, imaginação, criação bem como age como uma recreação educativa, socializando, disciplinando e desenvolvendo a sua atenção (WINN, 1975, p.32).

Quando um professor insere música na sala de aula é preciso saber que não deve ser algo impos-

to, e sim um momento de descontração gerando uma integração entre os conteúdos curriculares, que irão contribuir para o processo de alfabetização.
Segundo Snyder (1994) apud Barreto; Chiarelli, 2011, p.5): a música torna o ambiente escolar mais alegre e favorável à aprendizagem por propiciar uma alegria que seja vivida no presente é a dimensão essencial da pedagogia, e é preciso que os esforços dos alunos sejam estimulados, compensados e recompensados por uma alegria que possa ser vivida no momento presente. Propiciando uma atmosfera escolar mais receptiva para os alunos, dando um efeito calmante após a atividade física fazendo também que reduza atenção em momentos de avaliação, podendo utilizar músicas como recursos de aprendizado em diversas disciplinas.
As atividades musicais realizadas na escola visam a vivência e compreensão da linguagem musical, propiciar a abertura de mais sensoriais, ampliando a cultura geral, facilitando a expressão de emoções e contribuindo para a formação integral do ser (SNYDER, 1994 apud BARRETO; CHIARELLI, 2011, p. 5).

UMA ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS

Tirar conclusões sobre o que é melhor para os alunos com alguma deficiência não é fácil. Para se avaliar sobre a integração é necessário definir os objetivos se pretendem ao incorporar alunos com deficiência intelectual na escola regular. Sendo necessário ter o conhecimento geral da legislação, da política educacional que se aplica e é preciso conhecer os objetivos específicos da escola de integração.
O mais importante é como a escola pode ajudar na inclusão de pessoas com deficiência, neste caso enfatizando pessoas com DI na busca de uma sociedade que respeite a pluralidade e diversidade humana. Visto este conceito, temos que a base estrutural da inteligência humana é o pensamento formal, isto é, a capacidade de desenvolver uma operação mental que permite aproveitar os conhecimentos adquiridos da vida social e cultural, combiná -los logicamente e alcançar uma nova forma de conhecimento (BALLONE, 2015)
Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994): estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração.
Para Mushakoji (1999, p. 207, apud MOITA LOPES, 2006, p. 86), Como aqueles que "vivenciam o sofrimento humano" com base em suas epistemes diferentes podem colaborar na construção de "uma sociedade mais humana, mais delicada com a natureza e com as pessoas" ou, pelo menos, na compreensão de tal sociedade?
A prática da educação inclusiva faz com que as escolas precisem de mudanças profundas. É necessário ter consciência dos problemas que existem, é necessário avaliar os resultados e analisar a transição dos alunos com necessidades educativas especiais da escola para a vida adulta.

Moita Lopes (2006, p. 101-103) também desconstrói a visão do sujeito social hegemônico enquanto objeto de estudo da LA, buscando abrir "alternativas sociais com base nas e com as vozes dos que estão à margem" (p.86) ou ainda problematizando como a diversidade pode contribuir para a transformação social.
A rotina escolar tem demonstrado que o processo de inclusão pode ser favorecido quando existe a preparação e a dedicação dos profissionais; o apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo (CARVALHO, 1999).

TECNOLOGIA NA INCLUSÃO

Essas adaptações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem. Não se colocam, portanto, como soluções remediativas para "males diagnosticados" nos alunos, nem justificam a cristalização do ato pedagógico igualmente produzido para todos na sala de aula. Do mesmo modo, não defendem a concepção de que a escola dispõe sempre de uma estrutura apropriada ou realiza um fazer pedagógico adequado a que o educando deve se adaptar. Implica, sim, a convicção de que o aluno e a escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores. (BRASIL, 1998, p.16)
Segundo a BNCC: Nesse contexto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados quando necessários – não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica "normal" parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menos acentuada dificuldades para aprender. (BRASIL, p. 24)
Segundo Paiva (2013, pg. 209-230) Pelo que vimos até agora, a formação do professor para uso da tecnologia, raramente acontece de forma sistematizada. Isso não é diferente no Brasil, onde a formação tecnológica fica, geralmente, restrita a iniciativas individuais. É comum entre os que advogam a apropriação das novas tecnologias na educação, o reconhecimento de que elas

ainda podem intimidar muitos professores, apesar de acreditarem que o uso adequado da tecnologia por um professor bem formado pode beneficiar enormemente os aprendizes.
As tecnologias estão presentes em cada uma das pegadas que o ser humano deixou sobre a terra, ao longo de toda a sua história. Desde um simples pedaço de pau que tenha servido de apoio, de bengala, para um homem no tempo das cavernas, por exemplo, até as modernas próteses de fibra de carbono que permitem, hoje, que um atleta com amputação de ambas as pernas possa competir em uma Olimpíada, disputando corridas com outros atletas sem nenhuma deficiência (LÉVY, 1999 apud GALVÃO FILHO, 2009, p. 38).
A BNCC afirmam que: Alguns educadores defendem que uma escola não precisa preparar- se para garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais, mas tornar-se preparada como resultado do ingresso desses alunos. Indicam, portanto, a colocação imediata de todos na escola. Entendem que o processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável. (BRASIL, 1998, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da dança como processo de intervenção na vida escolar apresenta uma metodologia pedagógica e significativa, trazendo natureza e caráter, a interdisciplinaridade com a qual se dinamiza todo o processo de ensino-aprendizagem.
Desde tenra idade, os bebês podem ouvir a diferença entre diferentes tipos de sons. Depois de apenas algumas semanas, um bebê é capaz de identificar a voz da mãe de outras pessoas. A exposição à música melhora a capacidade natural da criança de decodificar sons e palavras.
A Música ao ser percebida pelos professores como fonte de ensino-aprendizagem, as ações mais comuns realizadas no cotidiano transformam-se em vivências capazes de estimular o desenvolvimento da criança, persistindo uma forma de preservação social e histórica.
A dança desperta o lado afetivo e sensível do indivíduo, e na vida escolar, os professores podem utilizar essa arte como forma de contribuição para que as crianças explorem seus lados afetivos por meio da linguagem musical, na qual influenciará também no processo ensino aprendizagem de forma significativa. A presença da música na vida dos seres humanos é incontestável, acompanhando a história da humanidade; aos longos dos séculos e exercendo as mais diferentes funções, fazendo-se presente em todas as regiões, em todas as culturas, podendo ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço, firmando-se como uma das mais importantes formas de comunicação. Embora não haja provas de causalidade direta entre música e intelecto, não há dúvida de que a música ajuda as pessoas a aprenderem, fortalecendo seu funcionamento executivo, memória, reconhecimento de padrões, habilidades motoras finas, concentração e disciplina - todas as habilidades cognitivas ou físicas importantes que são também são necessárias para aprender tópicos não relacionados à música. A música encoraja a inclinação das crianças a se mover, desenvolvendo suas habilidades motoras finas e habilidades motoras brutas.
Além disso, se o ritmo for muito divertido, pode-se até perceber que o bebê começa a pular para cima e para baixo, o que ajuda no desenvolvimento muscular, força e equilíbrio. As crianças podem estar inclinadas a aprender novas músicas e novos movimentos de dança

quando brincam na companhia de outras crianças. Levar uma educação musical para os anos de formação pode ajudar bastante a desenvolver habilidades de compreensão de leitura e até ajudar as crianças a reconhecer ainda mais as dicas verbais faladas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. Petrópolis: Vozes, 2012.
BRASIL Presidência da República. Casa Civil. Lei n° 9394 / 96. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.
BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, T. A. Música na Educação Infantil. São Paulo. Peirópolis. 2003. ARROYO,
M. G. Ofício de mestre - Imagens e auto imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMARGO, K.F.G. Música nas séries iniciais: uma reflexão sobre o papel do professor unidocente nesse processo. Maringá. Universidade Estadual de Maringá, 2009.

CONRADO, R.M.O. & SILVA, S.M.B. Dinamizando a sala de aula com a literatura infanto-juvenil. São Paulo. Loyola, 2006.

CUNHA, Nylse Helena da Silva. Brinquedoteca um mergulho no brincar. 3 Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
GAINZA, Violeta Hemsy de. Estudos de psicopedagogia musical. 3. Ed. São Paulo: Summus, 1988.